



Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021

PNAD
contínua

ISBN 978-85-240-4543-1
© IBGE, 2022

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, investigou o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC¹ no quarto trimestre de 2021. A investigação abrangeu o acesso à Internet e à televisão nos domicílios particulares per-

manentes e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Cabe destacar que em 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, não houve investigação sobre esse tema devido à alteração da modalidade de coleta presencial para coleta por telefone. Tornou-se necessária a adequa-

ção da extensão do questionário para que contemplasse somente os temas do núcleo básico da PNAD Contínua. Desta forma, a série histórica sobre acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, iniciada em 2016, foi interrompida em 2020, e as comparações serão analisadas, no presente informativo, entre os anos de 2019 e 2021.

Televisão

Domicílios com televisão

	2019	2021
Somente de tela fina	74,3%	84,2%
Somente de tubo	18,3%	11,9%
Televisão de tela fina e de tubo	7,4%	3,9%

Sinal digital de televisão aberta

	2019	2021
Domicílios com televisão que possuíam conversor digital	89,9%	90,9%
Domicílios sem alternativa à televisão analógica aberta (1)	2,4%	2,2%

(1) Dos domicílios com televisão, na ocorrência do desligamento deste sinal.

Tecnologia de recepção de sinal

	2019	2021
Domicílios com recepção do sinal de televisão por antena parabólica	26,5%	22,6%
Domicílios com acesso à televisão por assinatura	30,3%	27,8%

Internet

Utilização, em qualquer local (2)

	2019	2021
Total	79,5%	84,7%
♀ Homem	78,5%	83,7%
♂ Mulher	80,5%	85,6%
Por idade		
20 a 24 anos	92,6%	94,2%
60 anos ou mais	44,8%	57,5%

(2) Por pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Equipamento utilizado para acessar

	2019	2021
Telefone móvel celular	98,6%	98,8%
Televisão	32,2%	45,1%
Micro-computador	46,2%	41,9%
Tablet	10,9%	9,3%

Finalidade do acesso à Internet

	2019	2021
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens (3)	95,8%	94,9%
Conversar por chamadas de voz ou vídeo	91,4%	95,7%
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	88,9%	89,1%
Enviar ou receber e-mail	62,0%	62,0%

Motivo para não usar

Em 2021, **69,9%** dos que não acessavam alegaram não saber usar-lá ou falta de interesse

(3) Por aplicativos diferentes de e-mail.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a PNAD Contínua encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=34949&t=resultados>.

Domicílios particulares permanentes

Existência de televisão no domicílio

Em 2021, dos 72,9 milhões de domicílios particulares permanentes do País, em 95,5% havia televisão, proporção que ficou em 96,2% em área urbana e um pouco abaixo em área rural (90,8%). As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores proporções de domicílios com televisão (97,3% e 96,9%, respectivamente). Por outro lado, a Região Norte apresentou a menor proporção, 90,7%.

Em termos regionais e em relação a 2019, houve aumento do número de domicílios com televisão, contudo, em termos de proporção de domicílios, todas as Grandes Regiões apresentaram variação negativa. No período, a maior redução na proporção de domicílios com televisão ocorreu na Região Nordeste, passando de 94,6%, em 2019, para 93,4%, em 2021.

O rendimento real médio *per capita* nos domicílios em que havia televisão (R\$ 1 453) equivalia a quase o dobro do rendimento naqueles que não tinham (R\$ 830).

Tipo de televisão

No País, de 2019 para 2021, houve aumento no número de domicílios com televisão de tela fina (de 55,9 milhões para 61,4 milhões) e retração no de domicílios com televisão de tubo (de 17,6 milhões para 11,0 milhões).

O percentual de domicílios com somente televisão de tela fina subiu de 74,3% para 84,2% entre 2019 e 2021, enquanto o daqueles com somente televisão de tubo caiu de 18,3% para 11,9% e daqueles com ambos os tipos de televisão a redução foi de 7,4% para 3,9%. Esses movimentos ocorreram em todas as Grandes Regiões.

Em 2021, os percentuais de domicílios que tinham somente televisão de tela fina foram maiores nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, ao passo que os percentuais de domicílios com somente televisão de tubo foram maiores nas Regiões Nordeste e Norte.

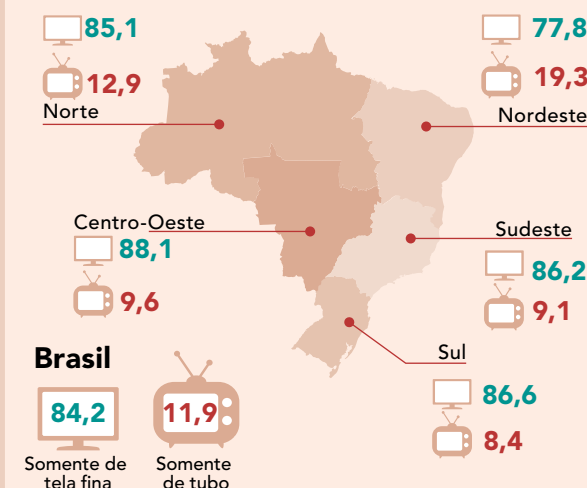
O nível do rendimento real médio *per capita* nos domicílios em que havia televisão de tela fina foi mais elevado que o naqueles que tinham televisão de tubo. Essa diferença foi ainda mais acentuada entre os domicílios que tinham somente um desses dois tipos de televisão.

No País, em 2021, o rendimento real médio *per capita* nos domicílios com televisão de tubo (R\$ 800) representava 51,3% do rendimento nos que tinham televisão de tela fina (R\$ 1 560). Esse rendimento nos domicílios somente com televisão de tubo (R\$ 631) compreendia apenas 40,1% daquele nos que tinham somente televisão de tela fina (R\$ 1 574).

Sinal digital de televisão aberta

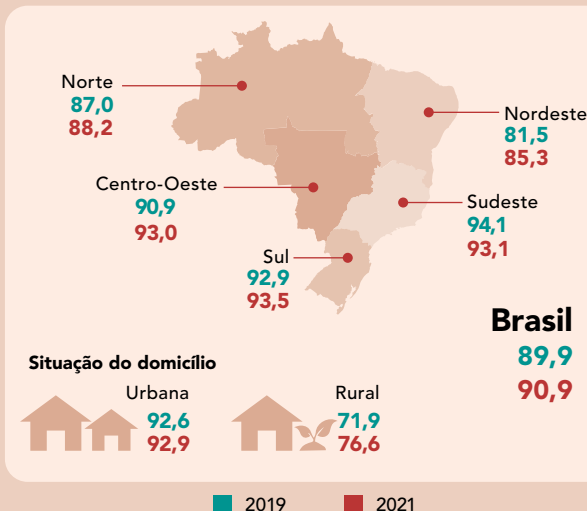
O processo de implantação do sinal digital para acesso aos canais de televisão aberta em substituição ao analógico, transmitido por antenas terrestres, ainda estava em andamento em 2021. Quando a transmissão do sinal analógico for inteiramente desligada, as televisões sem conversor para receber o sinal digital não terão acesso direto aos canais de televisão aberta, a não ser por meio de televisão por assinatura ou antena parabólica.

Domicílios com televisão, por tipo de televisão (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Domicílios com televisão que tinha conversor para receber o sinal digital de televisão aberta (%)



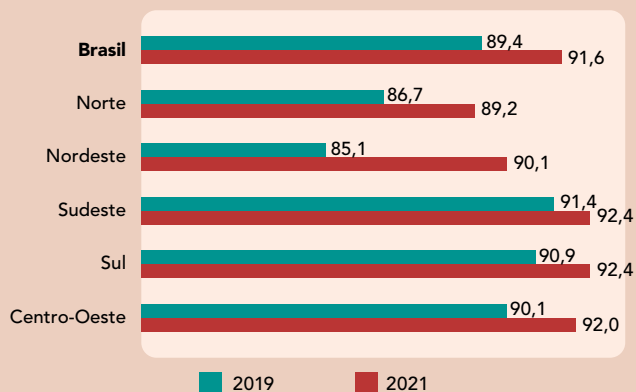
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

Em 2021, havia 63,3 milhões de domicílios com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivesse captando, que compreendiam 90,9% dos domicílios com televisão do País. Em 2019, esse percentual estava em 89,9%. Foi registrado aumento, de 2019 para 2021, no percentual de domicílios com televisor com conversor em área urbana (92,6% para 92,9%) e, com mais intensidade, em área rural (71,9% para 76,6%). Esses mesmos movimentos foram observados em quase todas as Grandes Regiões.

Considerando os domicílios com televisão, de 2019 para 2021, o maior crescimento no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta ocorreu na Região Nordeste (81,5% para 85,3%). Entretanto, esse resultado alcançado, em 2021, ainda permaneceu inferior aos das demais Grandes Regiões. A Região Sul apresentou o percentual mais elevado (93,5%).

Nos domicílios com televisão com conversor do País, a parcela dos que estavam recebendo o sinal digital de televisão aberta passou de 89,4%, em 2019, para 91,6%, em 2021. Neste ano, o percentual de domicílios com televisão com conversor que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta foi mais elevado nas Regiões Sudeste (92,4%) e Sul (92,4%) e mais baixo na Região Norte (89,2%).

Domicílios com televisão com conversor que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

Antena parabólica

A antena parabólica é um recurso para captar, via satélite, sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestres, o que ocorre com mais frequência longe dos grandes centros. Os resultados mostraram, conforme esperado, que o uso de recepção por antena parabólica foi predominante em área rural.

Nos domicílios com televisão, em 2021, o percentual dos que tinham recepção por antena parabólica foi de 56,1% em área rural e 17,8% em área urbana, totalizando 22,6% para o País. Em relação a 2019, houve redução do percentual de domicílios com recepção por antena parabólica tanto em área urbana quanto em área rural.

Em 2021, o percentual de domicílios com televisão que tinha recepção por antena parabólica continuou sendo menor na Região Sudeste (14,8%) e maior nas Regiões Nordeste (34,7%) e Norte (31,7%).

O rendimento real médio *per capita* nos domicílios que tinham recepção de sinal de televisão por antena parabólica (R\$ 1 075) era 31,4% menor que o naqueles com televisão sem este tipo de serviço (R\$ 1 566).

Serviço de televisão por assinatura

O serviço de televisão por assinatura dá acesso a um número variado de canais exclusivos, de acordo com o pacote contratado, além

de captar o sinal de televisão aberta, inclusive o digital. Ao contrário do observado no uso da recepção por antena parabólica, a parcela dos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura nas residências com televisor em área urbana foi expressivamente maior que em área rural. Ademais, a ordenação das Grandes Regiões pelo percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura foi inversa a dos domicílios com recepção do sinal de televisão por antena parabólica.

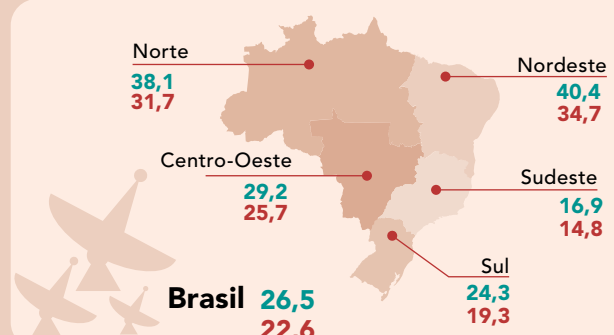
Assim, em 2021, 27,8% dos domicílios com televisão no País tinha acesso a serviço de televisão por assinatura, proporção que era de 29,2% em área urbana e de 17,8% em área rural. Entre 2019 e 2021, o percentual de domicílios com televisão por assinatura se reduziu, exceto na área rural onde esse percentual passou de 16,4% para 17,8%.

Em 2021, a Região Sudeste continuou detendo o maior percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (35,0%), enquanto a Região Nordeste permaneceu com o menor (15,3%).

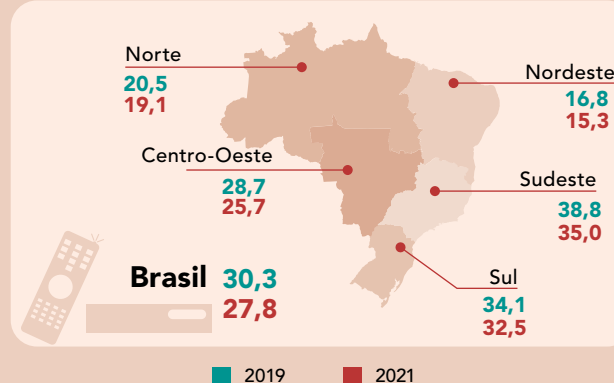
O rendimento real médio *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 336) suplantou o naqueles com televisão sem esse tipo de serviço (R\$ 1 106).

Domicílios com recepção de sinal de televisão por antena parabólica ou acesso a serviço de televisão por assinatura (%)

Antena parabólica



Televisão por assinatura



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

O confronto do rendimento real médio *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura com o rendimento nos que tinham esse aparelho com recepção por antena parabólica mostrou marcante diferença. Em 2021, esse rendimento nos domicílios com antena parabólica (R\$ 1 075) representava 46,0% daquele nos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 336).

Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura

Nos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, em 2021, 43,5% não o adquiriam por considerá-lo caro e 45,6% por não haver interesse pelo serviço. Em conjunto, esses dois motivos mais indicados abrangiam 89,1% dos domicílios com televisão sem o serviço de televisão por assinatura. Aqueles que não tinham o serviço de televisão por assinatura porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam esse serviço representavam 8,7%, enquanto os que não o tinham por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somente 1,2%.

Em 2021, nas Grandes Regiões, os dois motivos mais indicados para não adquirir o serviço de televisão por assinatura foram os mesmos do País. Para os domicílios que não tinham esse serviço de televisão por assinatura por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, o resultado da Região Norte (3,1%), ainda que pequeno, ficou destacado dos referentes às demais, que variaram de 0,9% a 1,4%. No caso dos domicílios com televisão que não tinham serviço de televisão por assinatura porque os vídeos acessados na Internet o substituíam, os resultados variaram gradualmente de 5,4%, na Região Norte, a 10,0%, na Centro-Oeste.

Distribuição dos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, por motivo de não haver acesso (%)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Não havia interesse pelo serviço	45,6	49,1	41,2	44,6	52,2	50,8
Serviço era caro	43,5	41,5	48,8	43,9	35,8	37,0
Vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço	8,7	5,4	7,6	9,6	9,6	10,0
Serviço não estava disponível na área do domicílio	1,2	3,1	1,2	0,9	1,4	1,1
Outro motivo	1,0	0,9	1,1	1,0	1,0	1,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Domicílios sem alternativa à televisão analógica aberta

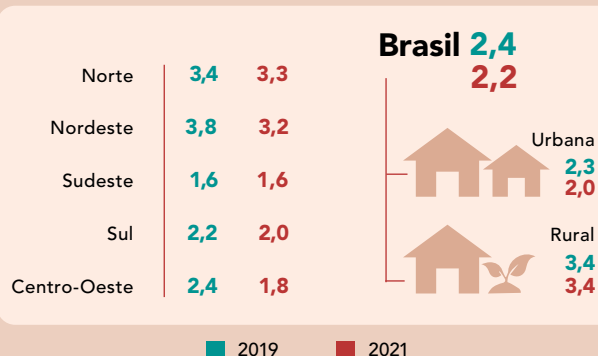
Quando a transmissão do sinal analógico for inteiramente desligada, as televisões sem conversor para receber o sinal digital não terão acesso direto aos canais de televisão aberta, a não ser por meio de serviço de televisão por assinatura ou antena parabólica.

Os resultados de 2016 a 2021 mostraram rápida redução no número de domicílios sem quaisquer desses três meios de acesso a canais de televisão aberta no caso do desligamento do sinal analógico. Em 2021, o número desses domicílios estava em 1,5 milhão, sendo 80,6% em área urbana (1,2 milhão).

Nos domicílios com televisão do País, o percentual dos que tinham esse aparelho sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não recebiam sinal de televisão por antena parabólica nem tinham serviço de televisão por assinatura passou de 2,4% para 2,2%, de 2019 para 2021. Enquanto em área urbana a queda foi de 2,3% para 2,0% no período, em área rural essa proporção ficou estável em 3,4%.

Em 2021, nos domicílios com televisão nas Grandes Regiões, o percentual de domicílios com televisão sem conversor que não tinham recepção por antena parabólica nem acesso a serviço de televisão por assinatura foi maior nas Regiões Norte (3,3%) e Nordeste (3,2%), e nas demais variou de 1,6% a 2,0%.

Domicílios com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

Existência de microcomputador ou tablet no domicílio

Os resultados de 2016 a 2021 mostraram sentido de declínio, ainda que lento, no número de domicílios em que havia microcomputador. No total de domicílios, aqueles em que havia microcomputador representavam 41,4%, em 2019, e 40,7%, em 2021. De 2019 para 2021, esse percentual caiu de 45,6% para 44,9%, em área urbana, enquanto, em área rural, a diminuição foi de 13,8% para 12,8%.

A existência de *tablet* é menos comum nos domicílios que o computador. Nos domicílios do País, de 2019 para 2021, o percentual daqueles em que havia *tablet* passou de 11,6% para 9,9%. Em área urbana, esse indicador passou de 12,8% para 11,0% e, em área rural, de 3,5% para 2,8%.

O microcomputador é um equipamento mais caro que o *tablet* e a grande maioria dos domicílios em que havia *tablet* também tinha microcomputador. Esses fatos são relevantes no entendimento dos níveis do rendimento médio *per capita* domiciliar em função da existência desses equipamentos nos domicílios.

No País, em 2021, esse rendimento foi de R\$ 835, para os domicílios que não tinham microcomputador nem *tablet*; e de R\$ 2 172, para os que tinham pelo menos um deles. O rendimento médio nos domicílios somente com *tablet* (R\$ 1 023) ficou 47,0% menor daquele nos que tinham somente microcomputador (R\$ 1 931) e alcançou R\$ 3 395 nos domicílios que tinham ambos os equipamentos.

Existência de telefone no domicílio

Em 2021, não havia telefone em 3,0% dos domicílios particulares permanentes do País (ou 2,2 milhões de domicílios), uma redução de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação a 2019. A ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Nordeste (5,5%) e Norte (5,0%), enquanto nas demais não ultrapassou 2,0%.

Considerando o tipo de telefone, em 2021, havia telefone fixo convencional em 15,6% dos domicílios do País e esse percentual apresentou declínio em relação ao de 2019 (23,1%). A parcela dos domicílios que tinham telefone móvel celular aumentou de 94,4% para 96,3% entre 2019 e 2021.

Os domicílios da área rural tinham percentual menor, se comparados àqueles da área urbana, tanto de telefone móvel celular (90,0% frente a 97,2%) quanto de telefone fixo convencional (5,0% frente a 17,2%).

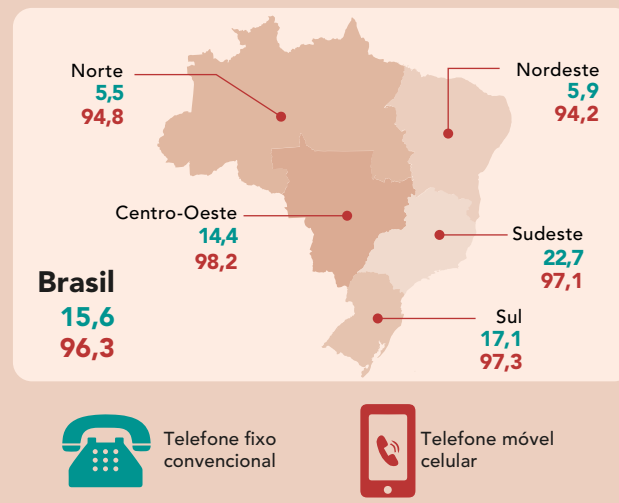
Enquanto a presença de telefone móvel celular era mais universalizada entre as Grandes Regiões do País, variando de 94,2% dos domicílios da Região Nordeste a 98,2% dos domicílios da Região Centro-Oeste, a presença de telefone fixo convencional mostrou maiores diferenças regionais. Em 2021, a Região Sudeste tinha o maior percentual de domicílios com telefone fixo convencional (22,7%) ao passo que este era de apenas 5,5% e 5,9% nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

O rendimento real médio *per capita* da parcela de domicílios em que não havia telefone ficou muito abaixo daquele nos domicílios que tinham telefone. No País, em 2021, o rendimento nos domicílios que não tinham telefone (R\$ 700) representou 48,4% do rendimento nos que tinham telefone (R\$ 1 445). Nos domicílios em que havia telefone fixo convencional o rendimento médio foi de R\$ 2 432, enquanto naqueles com telefone móvel celular esse rendimento foi de R\$ 1 444.

Utilização da Internet no domicílio

A Internet era utilizada em 90,0% dos domicílios do País em 2021, um aumento de 6,0 p.p. em relação a 2019. O crescimento mais acelerado da utilização da Internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana. De 2019 para 2021, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizada passou de 88,1% para 92,3%, em área urbana, e aumentou de 57,8% para 74,7%, em área rural.

Domicílios com telefone fixo convencional e com telefone móvel celular (%)

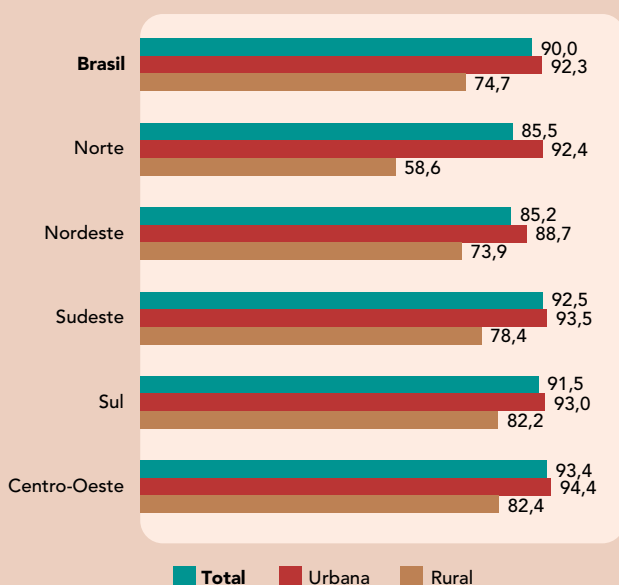


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Esse crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões, sobretudo na Região Nordeste, que, apesar do aumento de 9,4 p.p. no período, manteve-se como a Região com menor percentual de domicílios com acesso à Internet (85,2%).

No País, o rendimento real médio *per capita* nos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 1 480) foi quase o dobro do rendimento nos que não utilizavam essa rede (R\$ 795). A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as Grandes Regiões.

Domicílios em que havia utilização da Internet, por situação do domicílio (%)

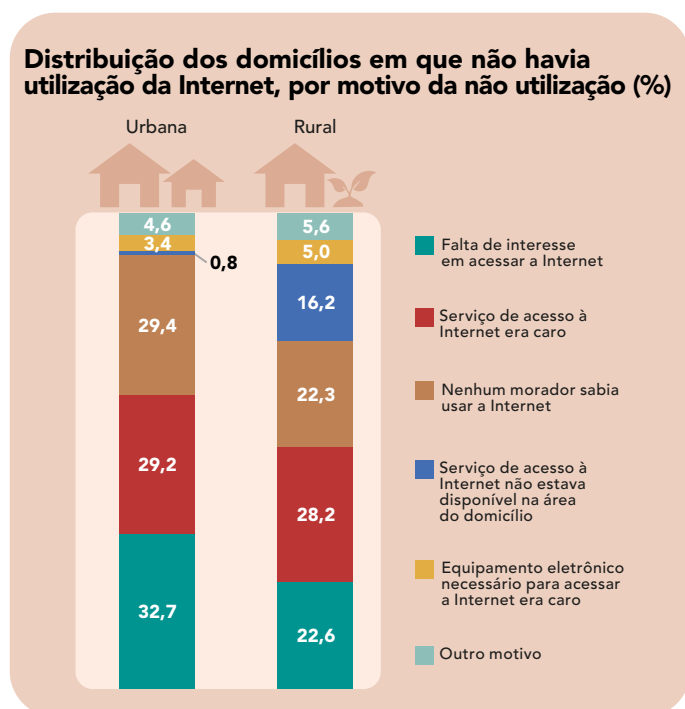


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Motivo da não utilização da Internet no domicílio

Em 2021, nos 7,3 milhões de domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram representavam, em conjunto, 85,2%. Esses três motivos foram: falta de interesse em acessar a Internet (29,3%), serviço de acesso à Internet era caro (28,8%) e nenhum morador sabia usar a Internet (27,1%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 5,9% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro, 4,0%.

Em área urbana, os três motivos que mais se destacaram foram os mesmos do total e concentravam 91,3% dos domicílios em que não havia utilização da Internet. Em área rural, além dos três motivos mais alegados no total e em área urbana, acrescenta-se a falta de disponibilidade do serviço de acesso à Internet na área do domicílio, que representou 16,2% dos domicílios em que não havia utilização da Internet em área rural, em contraste com somente 0,8% em área urbana.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Equipamentos de acesso à Internet no domicílio

Em 2021, no País, dentre os equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio, o uso do telefone móvel celular continuou na vanguarda e bem próximo de alcançar a totalidade dos domicílios que acessavam a Internet (99,5%). Em segundo lugar, mas abaixo da metade dos domicílios em que havia acesso à Internet, estava a televisão (44,4%), seguida pelo microcomputador (42,2%) e pelo *tablet* (9,9%).

Essa tendência ocorreu tanto em área urbana quanto em área rural, ainda que com percentuais substancialmente menores para o uso de microcomputador, televisão e *tablet* nesta última. Em área urbana, 47,0% dos domicílios que utilizavam a Internet acessavam por meio da televisão, 45,6% acessavam pelo microcomputador e 10,7% pelo *tablet*. Por sua vez, em área rural, esses percentuais eram de 23,0%, 14,6% e 3,1%, respectivamente.

Entre 2019 e 2021, no País, houve redução do uso do microcomputador e do *tablet* para acessar a Internet (3,0 p.p. e 2,2 p.p., respectivamente), ao passo que aumentou em 12,1 p.p. o uso da televisão. O uso do telefone móvel celular para acessar a Internet permaneceu estável no período. Cabe destacar que é a primeira vez que o uso da televisão superou o do microcomputador para acessar a Internet.

Rendimento real médio per capita nos domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet

No País, em 2021, o rendimento real médio *per capita* nos domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet era de R\$ 1 480. Contudo, na análise por tipo de equipamento utilizado para acessar a Internet no domicílio houve grande diferença entre os rendimentos.

Enquanto nos domicílios que utilizaram *tablet* para acessar a Internet o rendimento real médio *per capita* era de R\$ 3 000, nos domicílios que utilizaram televisão e microcomputador os rendimentos médios eram um pouco menores (R\$ 1 985 e R\$ 2 296, respectivamente), reduzindo-se para R\$ 1 479 naqueles que utilizaram o telefone móvel celular para acessar a Internet.

Tipo de conexão à Internet no domicílio

No período de 2016 a 2021, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela que utilizava conexão discada foi se tornando cada vez mais irrelevante, tendo passado de 0,6%, em 2016, para 0,4%, em 2017, baixado para 0,2%, em 2018 e 2019, e chegando a 0,1%, em 2021.

Até 2019, ambos os tipos de conexão por banda larga mostraram gradual sentido de crescimento nos domicílios, ao passo que, em 2021, a banda larga móvel (3G ou 4G) se reduziu e a fixa aumentou, fazendo com que, pela primeira vez na série, a proporção de domicílios com acesso à banda larga fixa superasse a da banda larga móvel.

Nos domicílios do País em que havia utilização da Internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel passou de 81,2% para 79,2%, entre 2019 e 2021. Ao passo que o percentual dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa aumentou de 78,0% para 83,5% nesse mesmo período.

A análise regional mostrou que, em 2021, o percentual de domicílios na Região Norte em que a banda larga fixa era usada, apesar do grande aumento entre 2019 e 2021 (de 54,7% para 70,5%), ficou abaixo dos resultados alcançados nas demais Grandes Regiões (acima de 80,0%). No que concerne ao percentual dos

domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor foi o da Região Nordeste (62,2%) e o maior, da Região Sudeste (87,2%).

Cabe ainda observar que a diferença entre o percentual de domicílios em que havia uso da banda larga fixa e o referente à banda larga móvel na Região Nordeste (24,1 p.p.) foi substancialmente maior que nas demais em 2021. Além disso, a presença da banda larga móvel era maior que a fixa apenas nas Regiões Norte e Sudeste.

No período de 2016 a 2021, constatou-se tendência de crescimento dos domicílios em que eram utilizados os dois tipos de banda larga, ao passo em que ocorreu retração nos domicílios que utilizavam somente banda larga móvel.

De 2019 para 2021, nos domicílios em que havia utilização da Internet, o percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e móvel subiu de 59,4% para 63,0%, enquanto o percentual dos domicílios em que era utilizada somente a conexão por banda larga móvel passou de 21,2% para 15,3% e naqueles em que havia somente o uso de conexão por banda larga fixa, de 18,1% para 19,2%.

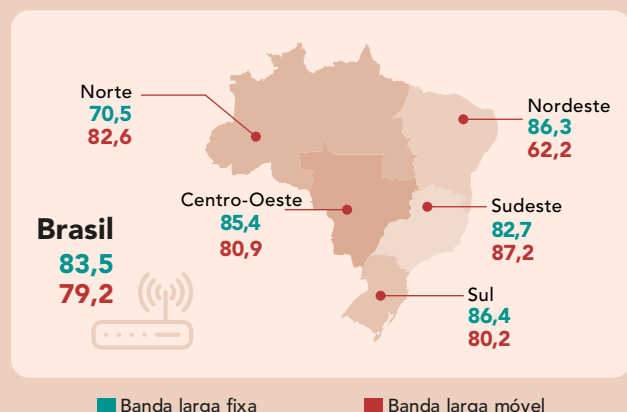
Funcionamento de serviço de rede móvel celular no domicílio

Algumas áreas estão fora do alcance do sinal da rede móvel celular de qualquer operadora ou somente de determinadas operadoras. Assim, foi investigado se algum serviço de rede móvel celular, seja para telefonia ou Internet, funcionava no domicílio.

De 2016 para 2017, observou-se forte aumento no número de domicílios em que foi informado que o serviço de rede móvel celular ali funcionava, para Internet ou para telefonia, o que ocorreu tanto em área urbana como em área rural. Entretanto, esse movimento arrefeceu, não havendo crescimento expressivo nos últimos anos. O resultado desse indicador da área rural permaneceu em nível substancialmente inferior ao da área urbana.

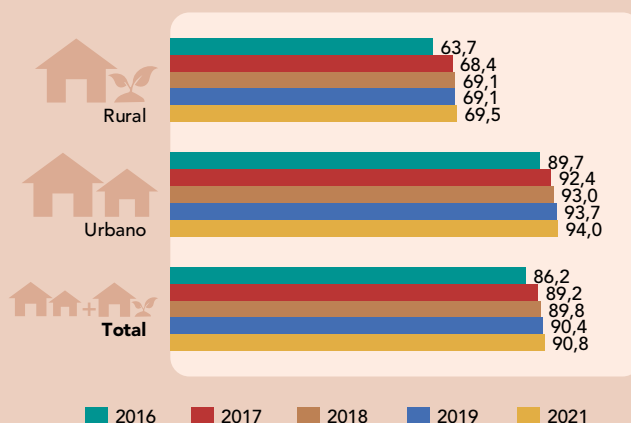
De 2019 para 2021, no total de domicílios do País, o percentual daqueles em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para Internet ou para telefonia, passou de 90,4% para 90,8%, no total; de 93,7% para 94,0%, em área urbana; e de 69,1% para 69,5%, em área rural.

Domicílios em que havia conexão por banda larga na utilização da Internet, segundo o tipo de banda larga (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Domicílios em que funcionava serviço de telefonia móvel celular (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2021.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade

A investigação da utilização pessoal da Internet, por qualquer meio e em qualquer local, abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade e focou na sua ocorrência pelo menos em algum momento, no período de referência dos últimos três meses, que foram os últimos 90 dias que antecederam a data da entrevista no domicílio.

Utilização da Internet

Em 2021, na população de 183,9 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade do País, 84,7% (ou 155,7 milhões) utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses. Esse percentual vem crescendo desde 2016, quando 66,1% da

população de 10 anos ou mais de idade tinha utilizado a Internet no período de referência, passando para 79,5%, em 2019, e 84,7%, em 2021.

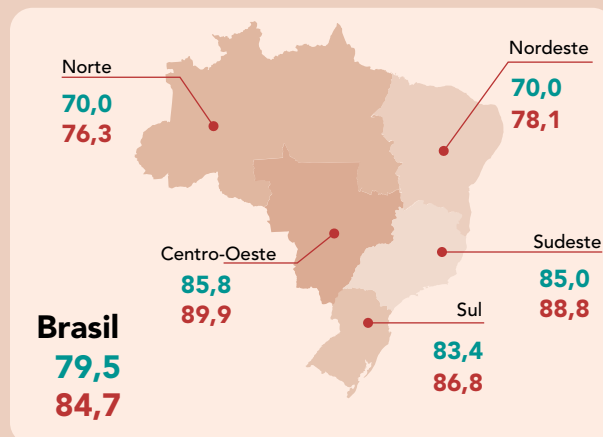
Em 2021, os resultados desse percentual de pessoas que acessaram a Internet das Regiões Norte (76,3%) e Nordeste (78,1%) permaneceram inferiores aos alcançados nas demais, apesar de o aumento, entre 2019 e 2021, ter sido maior nessas Grandes Regiões (6,3 p.p. e 8,1 p.p., respectivamente).

Em relação ao sexo, no País, 85,6% das mulheres utilizaram a Internet em 2021, um pouco acima do percentual apresentado pelos homens (83,7%).

Pessoas que utilizaram a Internet (%)



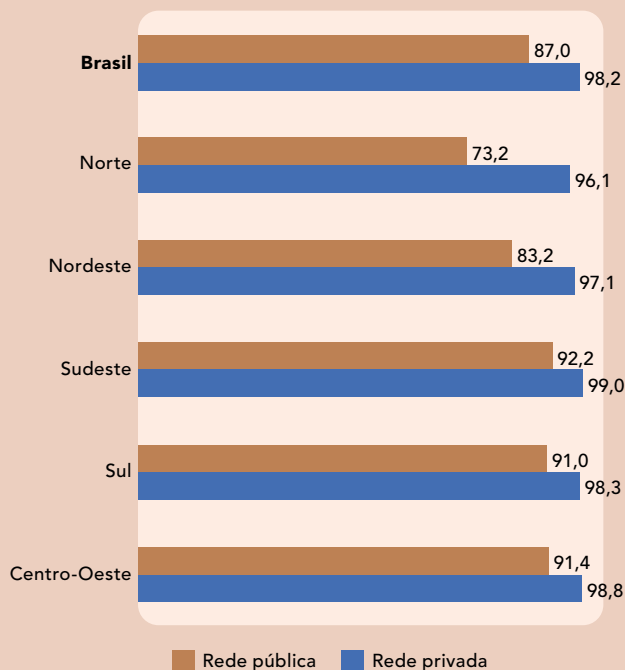
Grandes Regiões



Condição de estudante



Rede de ensino 2021



Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2021, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, foi de 90,3% no grupo dos estudantes, ao passo que entre não estudantes esse percentual foi de 83,2%. Em relação ao ano anterior, houve aumento do uso da Internet nos dois grupos, sobretudo entre não estudantes (5,8 p.p.).

Quando se considera a rede de ensino, observam-se importantes diferenças no uso da Internet dos estudantes do País. Enquanto 98,2% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet em 2021, esse percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 87,0%.

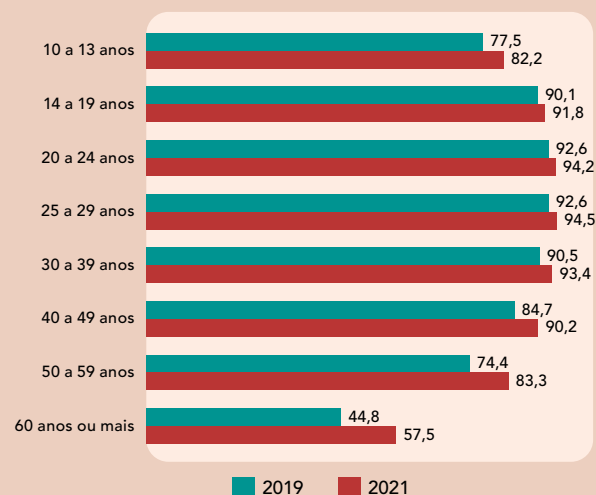
As diferenças regionais no uso da Internet são mais marcadas entre os estudantes da rede pública. Assim, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a Internet foi de 73,2% e 83,2%, respectivamente, nas demais Grandes Regiões esse percentual variou de 91,0% a 92,2%. Quando são considerados apenas os estudantes da rede de ensino privada, o percentual de uso da Internet ficou acima de 96,0% em todas as Grandes Regiões, alcançando praticamente a totalidade dos estudantes nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Por grupos de idade

Em 2021, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, no grupo etário de 10 a 13 anos foi de 82,2%. Esse percentual cresceu sucessivamente nos grupos etários subsequentes e alcançou quase 95,0% no grupo de 25 a 29 anos, passando depois a declinar até atingir 57,5% no grupo de 60 anos ou mais.

Ainda que venha crescendo em todos os grupos etários, o crescimento foi mais acelerado nas idades mais elevadas, o que pode ter sido propiciado pela evolução nas facilidades para o uso dessa tecnologia e na sua disseminação no cotidiano da sociedade. Neste sentido, o aumento do percentual de pessoas que utilizaram a Internet, entre 2019 e 2021, foi maior nos grupos etários de 50 a 59 anos e de 60 anos ou mais de idade (aumento de 8,9 p.p. e 12,7 p.p., respectivamente).

Pessoas que utilizaram a Internet, por grupos de idade (%)



Equipamento utilizado para acessar a Internet

Em 2021, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, o meio de acesso indicado por maior número de pessoas foi, destacadamente, o telefone móvel celular (98,8%), seguido, em menor medida, pela televisão (45,1%), pelo microcomputador (41,9%) e pelo *tablet* (9,3%). Esse cenário também foi observado em relação ao domicílio, entre 2019 e 2021, houve aumento do uso da televisão para acessar a Internet (12,9 p.p.) e redução do uso do microcomputador (4,3 p.p.) e do *tablet* (1,6 p.p.).

Considerando a condição de estudante, observou-se um maior uso do microcomputador (51,7%), da televisão (49,4%) e do *tablet* (12,3%) para acessar a Internet entre estudantes em 2021. Esses percentuais para não estudantes ficaram em 39,2%, 43,9% e 8,4%, respectivamente. O telefone móvel celular era usado por quase a totalidade tanto de estudantes quanto de não estudantes (97,9% e 99,0%, nessa ordem).

Contudo o grupo de estudantes não é homogêneo. Quando são separados por rede de ensino, têm-se diferenças significativas no uso do computador, da televisão e do *tablet* para acessar a Internet. Em 2021, enquanto 80,4% dos estudantes da rede privada acessavam a Internet pelo computador, esse percentual era de apenas 38,3% entre os estudantes da rede pública. O uso da televisão para acessar a Internet ocorria para 64,6% dos estudantes da rede privada, sendo esse percentual uma vez e meia o apresentado entre estudantes da rede pública (42,2%). No uso do *tablet*, a diferença chega a quase três vezes. Mais uma vez, o telefone móvel celular foi o principal equipamento utilizado para acessar a Internet pelos estudantes tanto na rede pública (97,6%) quanto na rede privada (98,6%).

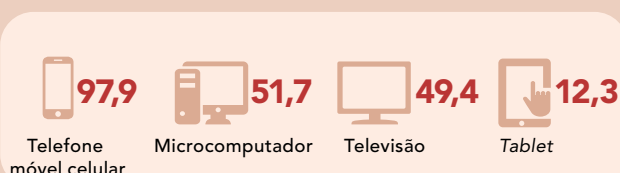
Finalidade do acesso à Internet

O percentual de pessoas que acessaram a Internet para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail* (correio eletrônico), que era a finalidade mais frequente até 2019, ficou em 94,9% em 2021. Conversar por chamadas de voz ou vídeo (95,7%) se tornou a finalidade mais informada nesse ano, proporção que vem aumentando desde 2016, assim como a proporção de pessoas que utilizaram a Internet para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (89,1%). Por outro lado, o percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade de enviar e receber *e-mail*, que vinha se reduzindo a cada ano, manteve-se em 62,0% em 2021.

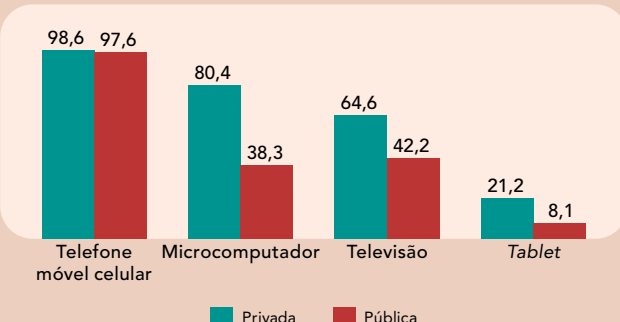
No confronto desses indicadores por condição de estudante, os resultados não se diferem muito, exceto pela finalidade assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes, na qual o percentual era de 95,0% entre estudantes e de 87,5% entre não estudantes em 2021. Outra finalidade na qual o percentual era maior entre estudantes foi enviar ou receber *e-mail*. Além disso, a principal finalidade entre não estudantes foi conversar por chamadas de voz ou vídeo (95,9%), finalidade que é a segunda mais frequente entre estudantes (94,6%).

Considerando apenas os estudantes, a análise por rede de ensino mostra algumas diferenças, sobretudo no uso da Internet para enviar ou receber *e-mail*. Enquanto 84,2% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet para esse fim, entre os estudantes da rede pública esse percentual foi de 55,0%. Entre os estudantes da rede pública, em 2021, a principal finalidade do uso da Internet foi assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (94,1%), ao passo que, entre os estudantes da rede privada, o maior percentual ocorreu na finalidade conversar por chamadas de voz ou vídeo (97,2%).

Equipamento utilizado por estudantes para acessar a Internet (%)



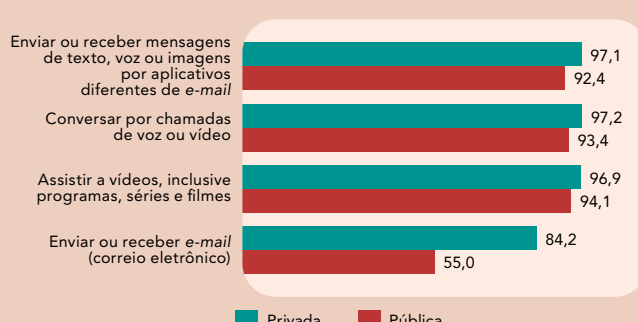
Rede de ensino



Finalidade de acesso à Internet pelos estudantes (%)



Rede de ensino



Motivo da não utilização da Internet

No País, em 2021, 15,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses. Para esse contingente, formado por 28,2 milhões de pessoas, investigou-se o motivo de não terem acessado a Internet nesse período. Os dois motivos mais apontados por essas pessoas foram não saber usar a Internet (42,2%) e falta de interesse em acessar a Internet (27,7%). Os dois motivos seguintes foram de razão econômica e representaram, em conjunto, 20,2%. O serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que as pessoas costumavam frequentar ficou em 5,3%.

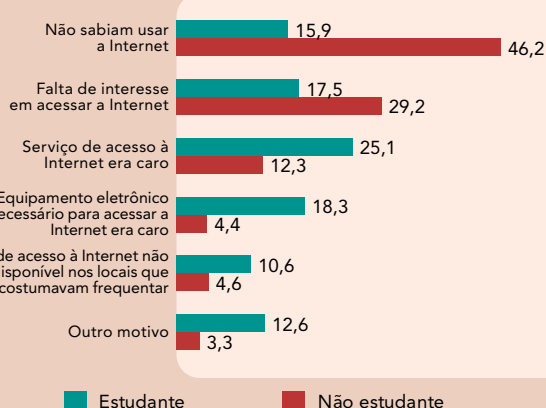
O percentual de pessoas que não acessaram a Internet devido ao serviço não estar disponível nos locais que costumavam frequentar continuou, destacadamente, mais elevado na Região Norte (12,2%) e menor na Região Sudeste (3,9%), variando entre 4,3% e 5,5% nas demais. Adicionalmente, esse motivo continuou mais elevado em área rural (9,9%) se comparado à área urbana (3,5%).

A análise por condição de estudante mostrou que, em 2021, 87,1% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet no período de referência eram não estudantes. Entre estes, os motivos mais frequentes para o não uso foram os mesmos identificados para o total da população dessa faixa etária: 46,2% não sabiam utilizar a Internet, 29,2% não tinham interesse, 12,3% achavam o serviço caro, 4,4% afirmaram que o equipamento necessário para o acesso era caro e 4,6% responderam que o serviço não estava disponível nos locais que costumava frequentar.

Motivo por que as pessoas não utilizaram a Internet

- 42,2%** Não sabiam utilizar a Internet
- 27,7%** Falta de interesse em acessar a Internet
- 14,0%** Serviço de acesso à Internet era caro
- 6,2%** Equipamento eletrônico necessário era caro
- 5,3%** Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar
- 4,5%** Outro motivo

Por condição de estudante (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Entre os estudantes que não utilizaram a Internet, por outro lado, os motivos foram diferentes, com maior peso para os motivos financeiros: 25,1% consideravam o serviço de Internet caro; e 18,3%, o equipamento necessário para o acesso caro. A falta de interesse (17,5%) e o motivo de não saber utilizar (15,9%) tiveram peso bem menor que para o total da população de 10 anos ou mais de idade, enquanto a falta de disponibilidade do serviço nos locais que costumava frequentar teve um peso maior (10,6%).

Como grande parte dos estudantes que não utilizaram a Internet era do ensino público (94,7%), os motivos para o não uso seguem a mesma tendência do total de estudantes, ou seja, com maior peso para questões financeiras: serviço de Internet caro (25,4%) e equipamento necessário para o acesso caro (18,8%). Entretanto, entre os estudantes do ensino privado, o motivo financeiro estava mais ligado ao custo do serviço (20,2%) do que ao valor do equipamento necessário para acessar a Internet (9,4%), além de um peso maior da falta de interesse (31,4%).

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2021, 155,2 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham telefone móvel celular para uso pessoal, o que correspondia a 84,4% da população dessa faixa etária, percentual maior que o estimado para 2019 (81,4%). Contudo, havia grande discrepância entre os percentuais conforme a situação do domicílio. Enquanto 87,1% das pessoas que viviam em área urbana tinham telefone móvel celular para uso pessoal, esse percentual era de 67,6% entre as pessoas da área rural.

Em termos regionais, em 2021, os menores percentuais ocorreram nas Regiões Norte (75,4%) e Nordeste (77,5%), ao passo que as demais Grandes Regiões apresentaram percentuais que variavam de 88,1% a 89,6%. Em relação ao sexo, 85,8% das mulheres e 83,0% dos homens tinham telefone móvel celular para uso pessoal no País.

O acesso à Internet por meio da telefonia móvel celular é um recurso de comunicação e de obtenção de informação que vem sendo visto cada vez mais como integrante do cotidiano de um número crescente de pessoas.

De 2019 para 2021, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal no País, a parcela que possuía acesso à Internet por meio desse aparelho aumentou de 91,7% para 94,8%. Na área rural esse percentual cresceu de 80,7% para 89,1%, mas ainda sendo menor que o da área urbana, que aumentou de 93,0% para 95,5%.

Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2021, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal era maior entre não estudantes (86,5%) que entre estudantes (76,2%). Contudo, entre estudantes, houve diferença significativa nesse percentual segundo a rede de ensino. Enquanto 93,2% dos estudantes da rede privada

tinham telefone móvel celular para uso pessoal, esse percentual era de apenas 69,2% entre aqueles da rede pública.

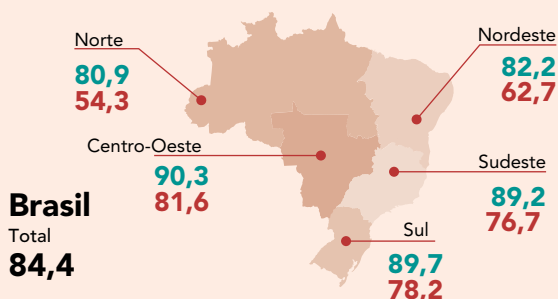
A maior discrepância no percentual de estudantes que tinham telefone móvel celular entre rede pública e rede privada ocorreu na Região Norte, uma diferença de 36,3 p.p. a mais no percentual daqueles da rede privada, explicada sobretudo pelo baixo percentual de estudantes da rede pública com posse de telefone móvel celular (55,7%).

Do total de estudantes que tinham telefone móvel celular para uso pessoal no País, um contingente de 28,5 milhões de pessoas, a parcela que tinha acesso à Internet nesse aparelho era de 98,2%, ficando acima da parcela estimada para o total da população de 10 anos ou mais de idade (94,8%).

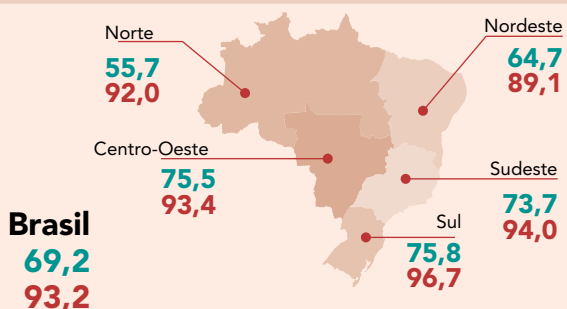
Ainda que os estudantes da rede privada tenham mais acesso ao telefone móvel celular para uso pessoal que os estudantes da rede pública, a existência de Internet nesse aparelho não se difere muito por rede de ensino. Desta forma, entre os estudantes da rede privada, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet na população que tinha telefone móvel celular para uso pessoal foi de 99,0%, ao passo que, entre os estudantes da rede pública, 97,8%.

Pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)

Situação do domicílio



Rede de ensino



Rede pública Rede privada

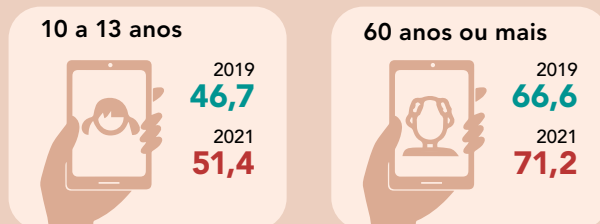
Por grupos de idade

No País, em 2021, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em cada grupo etário, teve o seu mínimo registrado no grupo de 10 a 13 anos (51,4%), subiu abruptamente no de 14 a 19 anos (81,3%) e prosseguiu em ascensão, alcançando as maiores participações nos grupos dos adultos jovens de 25 a 39 anos (cerca de 93,0%), passando gradualmente a declinar nos seguintes até o dos adultos de meia-idade de 50 a 59 anos (87,9%) e terminando com queda acentuada no dos idosos de 60 anos ou mais (71,2%).

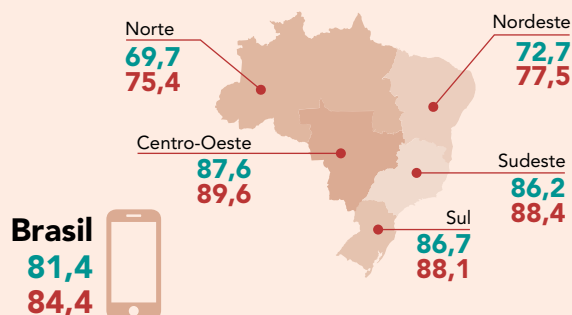
Entre 2019 e 2021, houve crescimento do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em todos os grupos etários, com destaque para aqueles com idade entre 10 e 13 anos (4,7 p.p.) e para os idosos de 60 anos ou mais (4,6 p.p.).

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal (%)

Grupos de idade



Grandes Regiões



2019 2021

Motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2021, no País, 28,7 milhões de pessoas não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, que representavam 15,6% da população de 10 anos ou mais de idade. Esse percentual era de 18,6% em 2019.

Dentre os motivos alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal, os quatro que mais se destacaram agregaram, em conjunto, 86,9% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham este aparelho no País. No contingente que não tinha telefone móvel celular para uso pessoal, 28,1% alegaram que o aparelho telefônico era caro; 23,5% que não sabiam usar telefone móvel celular; 19,2% por falta de interesse em ter telefone móvel celular; e 16,1% que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa.

Esses quatro motivos para não ter telefone móvel celular foram os mais indicados também pelos não estudantes, uma vez que este grupo representava 69,0% do total de pessoas sem telefone móvel celular em 2021. Contudo, os motivos de falta de interesse (25,0%) e de não saber utilizar (31,4%) tiveram peso maior neste caso, ao passo que o motivo financeiro relativo ao aparelho (23,6%) e a alegação de que costumavam usar o telefone de outra pessoa (10,0%) tiveram menor peso.

Entre os estudantes, por outro lado, o motivo com maior percentual foi que o aparelho telefônico era caro (38,3%), seguido pela alegação de que costumavam utilizar o telefone móvel celular de outra pessoa (29,5%). A falta de interesse e a questão de não saber usar o telefone móvel celular foram apontados por apenas 12,2% dos estudantes.

Como grande parte dos estudantes que não têm telefone móvel celular

para uso pessoal era da rede pública de ensino (91,6%), os motivos alegados por estes também se concentraram no valor do equipamento (40,0%) e no uso do aparelho de outra pessoa (28,9%). Esses dois motivos também são os mais alegados pelos estudantes da rede privada, contudo o uso de aparelho de outra pessoa tem peso maior (36,3%) que a questão do aparelho telefônico ser caro (19,4%). ■

Pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, segundo o motivo (%)

Motivo	Distribuição das pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal		
	Total	Condição de estudante	
		Estudante	Não estudante
Aparelho telefônico era caro	28,1	38,3	23,6
Não sabiam usar telefone móvel celular	23,5	6,0	31,4
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	19,2	6,2	25,0
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	16,1	29,5	10,0
Serviço era caro	3,7	4,7	3,2
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	1,2	1,2	1,2
Outro motivo	8,2	14,0	5,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas por
Amostra de Domicílios

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Unsplash

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385 8655



IBGE

Links



Tabelas de
resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre a
pesquisa

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=34949&t=resultados>